

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Informações trimestrais em
31 de março de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitidos pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	84.062	67.826
Depósitos bancários vinculados	4	64.169	63.291
Contas a receber	5	47.314	56.757
Estoques	6	15.385	16.089
Estoques - outros ativos mantidos para venda	7	3.611	4.246
IRPJ e CSLL a compensar	8	4.753	6.531
Tributos a recuperar	8	6.053	6.983
Adiantamento a fornecedores		173	176
Instrumentos financeiros derivativos	28	16	-
Outros ativos		3.739	3.376
Ativos mantidos para venda	9	7.151	7.151
		<u>236.426</u>	<u>232.426</u>
Não circulante			
Depósitos bancários vinculados	4	85.162	87.228
IRPJ e CSLL diferidos	18	165.992	159.973
Depósitos judiciais	19	11.038	10.968
Outros ativos		102	82
		<u>262.294</u>	<u>258.251</u>
Investimentos			
Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes	10	55.234	55.234
Imobilizado	11	590.279	639.689
Intangível	12	36.710	37.976
		<u>682.223</u>	<u>732.899</u>
Total do ativo		<u>1.180.943</u>	<u>1.223.576</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	16.624	16.898
Salários e encargos sociais		13.589	14.185
Empréstimos e financiamentos	14	3.180	3.182
Debêntures	15	127.671	122.094
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.357	1.345
Tributos a pagar	20	2.858	5.451
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	18
Provisão para benefícios pós-emprego	17	-	963
Outros passivos		798	1.300
		<u>166.080</u>	<u>165.439</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	4.901	5.688
Debêntures	15	169.397	168.411
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	20.315	21.364
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		7.218	7.492
Provisão para benefícios pós-emprego	17	9.165	7.939
Outros passivos		634	663
		<u>211.630</u>	<u>211.557</u>
Total do passivo		<u><u>377.710</u></u>	<u><u>376.996</u></u>
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	21	688.319	688.319
Reservas de capital	21	33.287	32.964
Reservas de lucros	21	151.459	151.459
Ações em tesouraria	21	(20.287)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	21	(5.875)	(5.875)
Prejuízos acumulados	21	(43.670)	-
Total do patrimônio líquido		<u>803.233</u>	<u>846.580</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.180.943</u></u>	<u><u>1.223.576</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de vendas e serviços	23	78.987	66.120
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	<u>(69.534)</u>	<u>(67.609)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>9.453</u>	<u>(1.489)</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	24	(27.908)	(37.531)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(7.490)	(15.482)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		<u>(25.945)</u>	<u>(54.502)</u>
Receitas financeiras	26	4.120	11.658
Despesas financeiras	26	(7.799)	(14.965)
Prejuízo antes dos impostos		(29.624)	(57.809)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18	<u>(803)</u>	<u>18.887</u>
Resultado de operações continuadas		<u><u>(30.427)</u></u>	<u><u>(38.922)</u></u>
Prejuízo do período		<u><u>(30.427)</u></u>	<u><u>(38.922)</u></u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	22	(0,19)	(0,24)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo do período		<u>(30.427)</u>	<u>(38.922)</u>
Total do resultado abrangente do período		<u>(30.427)</u>	<u>(38.922)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Ações em tesouraria			
Em 1º de janeiro de 2017	688.319	-	49.383	(18.448)	32.611	63.649	193.580	(20.287)	9.142	-	997.949
Prêmio de opções de ações	-	-	805	-	-	-	-	-	-	-	805
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.922)	(38.922)
Em 31 de março de 2017	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>50.188</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>193.580</u>	<u>(20.287)</u>	<u>9.142</u>	<u>(38.922)</u>	<u>959.832</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>-</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>-</u>	<u>846.580</u>
Ajuste na adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.243)	(13.243)
Em 1 de janeiro de 2018	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>-</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(13.243)</u>	<u>833.337</u>
Prêmio de opções de ações	-	-	323	-	-	-	-	-	-	-	323
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.427)	(30.427)
Em 31 de março de 2018	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>51.735</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>-</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(43.670)</u>	<u>803.233</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(30.427)	(38.922)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	34.155	38.274
Imposto de renda e contribuição social diferidos	803	(18.887)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.583)	(110)
Provisão para despesa com opções de ações	323	805
Benefícios Pós-Emprego	263	-
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	17.897	22.184
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	7.426	13.896
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	456	(2.855)
Provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	385	2.985
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	996	(1.428)
Outras provisões	944	(170)
(Aumento) Redução dos ativos e aumento (redução) dos passivos:		
Contas a receber	(10.970)	1.059
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(211)	(1.783)
Estoques	(292)	(1.993)
Tributos a recuperar	930	3.872
IRPJ e CSLL a compensar	1.778	3.642
Depósitos judiciais	3	88
Outros ativos	(379)	2.234
Fornecedores	(1.870)	987
Salários e encargos sociais	(597)	(748)
Tributos a pagar	(2.855)	(774)
Outros passivos	(549)	447
Processos judiciais liquidados	(346)	(500)
Juros pagos	(152)	(6.024)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>16.128</u>	<u>16.279</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	<u>(190)</u>	<u>(7.249)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>(190)</u>	<u>(7.249)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Depósitos bancários vinculados	1.087	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(789)	(785)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>298</u>	<u>(785)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>16.236</u>	<u>8.245</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>67.826</u>	<u>330.682</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>84.062</u>	<u>338.927</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>16.236</u>	<u>8.245</u>

Até 31 de março de 2018, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 3.215 e efetuou a permuta de créditos no valor de R\$ 1.048 por ativos de locação, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	89.920	92.526
Cancelamentos e descontos	(3.447)	(19.596)
Outras receitas	7.061	3.277
(Constituição)/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(456)	2.855
	<u>93.078</u>	<u>79.062</u>
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.049)	(1.053)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.780)	(29.128)
Baixa de ativos	(18.282)	(22.185)
	<u>49.967</u>	<u>26.696</u>
Valor adicionado bruto	49.967	26.696
Depreciação, amortização e exaustão	(34.154)	(38.274)
	<u>15.813</u>	<u>(11.578)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	4.120	11.658
	<u>19.933</u>	<u>80</u>
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	24.312	25.649
Remuneração direta	18.449	19.780
Benefícios	4.544	4.466
FGTS	1.319	1.403
Impostos, taxas e contribuições	13.726	(6.136)
Federais	12.778	(6.882)
Estaduais	692	323
Municipais	256	423
Remuneração sobre o capital de terceiros	12.322	19.489
Juros e variações cambiais	7.594	14.324
Aluguéis	4.728	5.165
Remuneração de capitais próprios	(30.427)	(38.922)
Prejuízo do período	(30.427)	(38.922)
	<u>19.933</u>	<u>80</u>
Valor adicionado distribuído		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada Unidade de Negócio estão mencionadas na nota explicativa 27.

As informações intermediárias contidas nessas informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2017, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2017), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2018 são as de “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital”, “Outras contas a receber - Venda da investida”, “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, “Dividendo propostos e juros sobre capital próprio”, “Perdas estimadas por valor não recuperável”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2017, pelas notas explicativas 3, 4, 5, 12, 24, 27 e 31, respectivamente

2.2 Base de elaboração

Com exceção dos impactos divulgados na nota explicativa 2.3, as mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, divulgadas nas notas explicativas nºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 13 de março de 2018 e no dia 21 de março de 2018 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações estão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada.

CPC 48 / IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios

iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Esses ativos foram, portanto, classificados como ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado sob o CPC 48/IFRS 9. Na transição para o CPC 48/IFRS 9, a Companhia definiu metodologia para acompanhar o histórico de movimentação dos diversos agings do contas a receber, constituindo, na adoção inicial, uma provisão para perda de recebíveis (impairment) de R\$ 19.956 que foi reconhecida na conta redutora de ativo (PDD) tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$ 13.171 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$ 6.785.

Em relação ao caixa e equivalentes de caixa, foi constituída na adoção inicial uma provisão para risco de crédito (impairment) de R\$ 22, que foi reconhecida na conta redutora de caixa e equivalentes de caixa tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$ 15 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$ 7.

Em relação aos depósitos bancários vinculados foi constituída na adoção inicial uma provisão para risco de crédito (impairment) de R\$ 87 que foi reconhecida na conta redutora de depósitos bancários vinculados tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$ 57 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$ 30.

Esses reflexos foram registrados no balanço de abertura de 2018 e estão demonstrados no quadro abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Ajustes na adoção CPC48 /IFRS 9	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2018
Balanço Patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	67.826	(22)	67.804
Depósitos bancários vinculados	150.519	(87)	150.432
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(133.801)	(19.956)	(153.757)
IRPJ e CSLL diferidos	159.973	6.822	166.795
Prejuízos acumulados	-	13.243	13.243

De acordo com o modelo de gerenciamento adotado pela Companhia, a Administração entende que a classificação e mensuração dos ativos financeiros a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será feita a valor justo por meio do resultado e os depósitos bancários vinculados às debêntures serão classificados como custo amortizado.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados, têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

CPC 47 / IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existia no passado para IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para o diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes. O diagnóstico foi concluído e o resultado das análises foi de que não houve impacto para a Companhia.

2.4 Novas normas e interpretações

Uma nova norma ou alteração de norma e interpretação está efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas informações trimestrais. A Companhia não planeja adotar essa norma de forma antecipada.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia iniciou os estudos relativos à implantação do IFRS 16, a partir do quarto trimestre de 2017. Espera concluí-lo até o terceiro trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil correspondentes ao IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	3103/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	949	45
Aplicações financeiras	83.113	67.781
	<u>84.062</u>	<u>67.826</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2018, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) remuneradas a taxa média de 99,04% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,13%, em 31 de dezembro de 2017).

4 Depósitos bancários vinculados

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos covenants, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 15. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	64.169	63.291
Não Circulante	<u>85.162</u>	<u>87.228</u>
Total	<u>149.331</u>	<u>150.519</u>

5 Contas a receber

Unidade de negócio	31/03/2018			31/12/2017		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	109.665	(86.355)	23.310	105.241	(77.632)	27.609
Rental	87.525	(63.521)	24.004	83.925	(54.777)	29.148
Serviços industriais (*)	<u>1.122</u>	<u>(1.122)</u>	-	<u>1.392</u>	<u>(1.392)</u>	-
Totais	198.312	(150.998)	47.314	190.558	(133.801)	56.757
Circulante	198.312	(150.998)	47.314	190.558	(133.801)	56.757

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

Em virtude da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, houve a substituição do modelo de “perdas incorridas” dos ativos financeiros do IAS 39, por um modelo de “perdas de crédito esperadas”.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para devedores duvidosos (PDD) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber. Identificamos que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo provisão para devedores duvidosos (PDD) da Companhia, são eles:

- Definição dos agings por segmento de negócio;
- Cálculo da velocidade de movimento em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 12 meses;

- O cálculo é o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 12 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; e
- São consideradas no cálculo todo o aging de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(133.801)	(138.494)
Efeito da adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (i)	(19.956)	-
Impacto líquido de PDD no resultado (ii)	(456)	(10.598)
Baixas	3.215	15.291
Saldo final do período	(150.998)	(133.801)

- (i) A Companhia definiu metodologia para acompanhar o histórico de movimentação dos diversos agings do contas a receber (ajuste de adoção inicial IFRS 9/CPC 48 no montante de R\$ 19.956), conforme mencionado na nota explicativa 2.3.
- (ii) No período findo em 31 de março de 2018, a constituição de provisão para devedores duvidosos foi de R\$1.577 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 60.831) e a reversão de provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 1.121 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 50.233), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 456 (em 31 de dezembro de 2017 resultado líquido negativo de R\$ 10.598).

A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	51.072	45.114
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	12.566	17.194
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	16.634	12.504
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	5.497	4.226
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.908	2.912
Vencidos acima de 180 dias (*)	108.635	108.608
Total	198.312	190.558

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

6 Estoques

	31/03/2018	31/12/2017
Matérias primas	37	37
Mercadorias para revenda	2.678	2.787
Peças de reposição e suprimentos	15.202	14.801
Provisão para estoque de giro lento (*)	(2.532)	(1.536)
Total	15.385	16.089

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

7 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Foi celebrado o seguinte contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga:

Data do contrato	Tipo	Quantidade	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada
15/03/2017	Manipuladores de carga	170	Abr/2017 a Jul/2018	24.690	14.038

Foi celebrado o seguinte contrato em reais para a venda de manipuladores de carga:

Data do contrato	Tipo	Quantidade	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada
05/01/2018	Manipuladores de carga	58	Jan/2018 a Out/2018	9.259	6.481

Os valores de custo e depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

Para o contrato firmado em 15 de março de 2017, a Companhia contratou uma proteção cambial por meio de instrumento derivativo (NDF - *Non Deliverable Forward*), conforme mencionado em nota explicativa 28.3.

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas. Desta forma, em função dos valores contratados e das despesas previstas para a venda, houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor realizável líquido, no montante de R\$ 2.005.

	31/03/2018	31/12/2017
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	5.616	5.865
Provisão para redução ao valor realizável líquido	(2.005)	(1.619)
	<u>3.611</u>	<u>4.246</u>

8 Tributos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL a compensar (*)	4.753	6.531
PIS e COFINS a compensar (**)	4.523	5.599
ICMS a compensar (***)	1.137	1.018
Outros	393	366
	<u>10.806</u>	<u>13.514</u>
Circulante	<u>10.806</u>	<u>13.514</u>

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2017, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2018.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos. A expectativa é que, em sua maioria, sejam realizados até 2018.

(***) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

9 Ativos mantidos para venda

Até o trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia celebrou contrato de permuta de créditos do contas a receber por imóveis que totalizaram um montante acumulado de R\$ 7.151, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

10 Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de março de 2018, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2017.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2017, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpétuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração entende que não há alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 31 de março de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017, no qual é de R\$ 55.234. A variação do valor justo foi registrada no Resultado da Companhia, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141	1.426.480	24.432	24.138	15.191	1.529	9.317	10.993	27	85.627	1.512.107
Aquisição	14.422	3.889	18.311	562	-	7	243	475	102	6.330	7.719	26.030
Baixa/alienação	(171.137)	-	(171.137)	(15.760)	-	(264)	(386)	-	(42)	-	(16.452)	(187.589)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(1.596)	-	(1.596)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.596)
Transferência	3.917	(3.917)	-	6.050	-	-	-	71	5	(6.126)	-	-
Reclassificação	181	(40)	141	3.412	-	-	-	-	-	-	3.412	3.553
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	-	-	3.926	-	-	-	-	-	-	3.926	3.926
Transf p/bens destinados a venda	(12.972)	-	(12.972)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73	1.259.227	22.622	24.138	14.934	1.386	9.863	11.058	231	84.232	1.343.459
Aquisição	1.272	-	1.272	41	-	-	-	-	-	83	124	1.396
Baixa/alienação	(65.756)	-	(65.756)	(105)	-	-	-	-	(26)	-	(131)	(65.887)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(117)	-	(117)	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)
Transferência	-	-	-	275	-	-	-	9	-	(284)	-	-
Reclassificação	73	(73)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf p/bens destinados a venda	(612)	-	(612)	-	-	-	-	-	-	-	-	(612)
Saldos em 31 de março de 2018	1.194.014	-	1.194.014	22.833	24.138	14.934	1.386	9.872	11.032	30	84.225	1.278.239

**Mills Estruturas e Serviços
de Engenharia S.A.**
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(650.320)	(39)	(650.359)	(15.321)	(3.496)	(11.986)	(1.080)	(2.860)	(5.813)	-	(40.556)	(690.915)
Depreciação	(133.033)	-	(133.033)	(3.486)	(670)	(1.778)	(196)	(835)	(858)	-	(7.823)	(140.856)
Baixa/alienação	108.685	-	108.685	10.572	-	256	174	-	28	-	11.030	119.715
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(355)	-	-	-	(85)	-	-	(440)	(440)
Transf p/estoques mantidos para venda	8.726	-	8.726	-	-	-	-	-	-	-	-	8.726
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)	(665.981)	(8.590)	(4.166)	(13.508)	(1.102)	(3.780)	(6.643)	-	(37.789)	(703.770)
Depreciação	(31.330)	-	(31.330)	(618)	(167)	(384)	(32)	(214)	(212)	-	(1.627)	(32.957)
Baixa/alienação	47.562	-	47.562	28	-	-	-	-	15	-	43	47.605
Reclassificação	(39)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(63)	-	-	-	(22)	-	-	(85)	(85)
Transf p/estoques mantidos para venda	1.247	-	1.247	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247
Saldos em 31 de março de 2018	(648.502)	-	(648.502)	(9.243)	(4.333)	(13.892)	(1.134)	(4.016)	(6.840)	-	(39.458)	(687.960)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2017	593.212	34	593.246	14.032	19.972	1.426	284	6.083	4.415	231	46.443	639.689
Saldo em 31 de março de 2018	545.512	-	545.512	13.590	19.805	1.042	252	5.856	4.192	30	44.767	590.279

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de março de 2018 por grupamento:

Escoramentos	12
Plataformas e manipuladores	1.247
Máquinas e equipamentos de uso operacional	13
Benfeitorias em propriedades de terceiros	41
Obras em andamento	83
	<hr/>
Total	<u>1.396</u>

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2018 a R\$ 30.607 e R\$ 2.350 (31 de março de 2017 R\$ 34.240 e R\$ 2.781), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de março de 2018.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) ao longo de 2017, com base no CPC 01, e, dessa forma, efetuou os testes de *impairment* aplicáveis. O valor recuperável desse conjunto de ativos foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado. Para fundamentação do valor em uso do ágio foi considerado o prazo de dez anos mais perpetuidade, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil, e para fundamentação do valor em uso do ativo imobilizado foi considerado o prazo de dez anos conforme vida útil do ativo.

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante o primeiro trimestre de 2018.

12 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	52.367	3.156	-	13.376	68.899
Aquisição	997	-	2.445	-	3.442
Alienação	(10)	-	-	-	(10)
Transferência	-	-	-	-	-
Reclassificação	(1.151)	-	(2.402)	-	(3.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52.203	3.156	43	13.376	68.778
Aquisição	-	-	54	-	54
Transferência	49	-	(49)	-	-
Saldos em 31 de março de 2018	52.252	3.156	48	13.376	68.832
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(20.409)	(817)	-	(4.232)	(25.458)
Amortização	(4.803)	(61)	-	-	(4.864)
Alienação	10	-	-	-	10
Ajuste crédito PIS e COFINS	(490)	-	-	-	(490)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(25.692)	(878)	-	(4.232)	(30.802)
Amortização	(1.198)	-	-	-	(1.198)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(122)	-	-	-	(122)
Saldos em 31 de março de 2018	(27.012)	(878)	-	(4.232)	(32.122)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.511	2.278	43	9.144	37.976
Saldo em 31 de março de 2018	25.240	2.278	48	9.144	36.710

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 11.

13 Fornecedores

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	16.209	16.479
Fornecedores estrangeiros	<u>415</u>	<u>419</u>
	<u><u>16.624</u></u>	<u><u>16.898</u></u>

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados ao CDI e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	3.180	3.182
Não circulante	<u>4.901</u>	<u>5.688</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	<u><u>8.081</u></u>	<u><u>8.870</u></u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2018 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	31/03/2018	31/12/2017
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>
Total das garantias reais	<u><u>27.103</u></u>	<u><u>27.103</u></u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 31 de março de 2018 estão demonstradas abaixo:

2018	2.391
2019 a 2021	<u>5.690</u>
	<u><u>8.081</u></u>

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (ii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
 - (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
- (i) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (ii) e (iii), já estão apresentadas na nota explicativa 15.

A Companhia recebeu tempestivamente o *waiver* do agente financeiro Itaú BBA relativamente ao empréstimo da FINAME.

15 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/03/2018	31/12/2017
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 7,00 a.a.	160.814	156.811
Custo de emissão						<u>(221)</u>	<u>(251)</u>
						<u>160.593</u>	<u>156.560</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	116,00% CDI	136.653	134.175
Custo de emissão						<u>(178)</u>	<u>(230)</u>
						<u>136.475</u>	<u>133.945</u>
Total de debêntures						<u>297.068</u>	<u>290.505</u>
Circulante						127.671	122.094
Não circulante						169.397	168.411

2ª emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures constantes no quadro acima, terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 31 de março de 2018, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 127.915 no passivo circulante e de R\$ 169.552 no passivo não circulante e R\$ 127.671 e R\$ 169.397 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2017, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 122.338 no passivo circulante e de R\$ 168.647 no passivo não circulante, e R\$ 122.094 e R\$ 168.411 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO (i), para o cálculo de covenants para fins de vencimento antecipado;
- Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- Manutenção do EBITDA nos covenants para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, os quais foram alterados pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 22 de março de 2017, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (ii) pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
 - (i) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
 - (ii) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; e
 - (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as deliberações relativas aos *covenants* aprovadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, no fechamento do período findo em 31 de março de 2018, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

16 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período findo em 31 de março de 2018 e no exercício de 2017.

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro 2017, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Salários e encargos - Diretoria	1.869	1.315
Honorários do Conselho de Administração	378	454
Pagamentos com base em ações	<u>139</u>	<u>336</u>
Total	<u><u>2.386</u></u>	<u><u>2.105</u></u>

17 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

A Companhia reconheceu pela adoção inicial no exercício de 2017, provisão para benefício pós-emprego, relacionada a plano de assistência médica para ex-empregados.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2017 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	-	963
Efeito da adoção inicial Plano de Assistência Médica - Lei 9.656/98	-	963
Reclassificação	(963)	-
Não Circulante	9.165	7.939
Efeito da adoção inicial Plano de Assistência Médica - Lei 9.656/98	-	7.939
Reclassificação	963	-
Impacto no resultado	<u>263</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>9.165</u></u>	<u><u>8.902</u></u>

b. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(166)	421
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(369)	487
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(72)	188
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	(495)	1.205

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

(i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 21.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/03/2018	31/12/2017
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	422	422
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	166	166
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	487	487
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	369	369
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	513	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.652	4.470
Número de opções a exercer (milhares)	188	189
Número de opções canceladas (milhares)	72	71
Programa 2016:		
Reserva de capital	1.398	1.257
Número de opções a exercer (milhares)	1.205	1.540
Número de opções canceladas (milhares)	495	160
Total registrado como patrimônio (acumulado)	51.735	51.412
Efeito no resultado	(323)	(2.029)

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.624)	(57.809)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	10.072	19.655
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(422)	(768)
Não reconhecimento do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal (i.d)	(10.453)	-
	<u>(803)</u>	<u>18.887</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		
Alíquota efetiva	-3%	33%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	31 de março de 2018
Stock options	8.265	109	-	8.374
Hedge sobre imobilizado	(551)	(111)	143	(519)
Provisões de custos e despesas	23	27	(2)	48
Provisão para estoques de giro lento	521	355	(18)	858
Provisão para devedores duvidosos	13.392	4.754	(5.471)	12.675
Ajuste PDD adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	9.744	(2.959)	6.785
Ajuste instrumento financ adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	48	-	48
Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906
Ajuste de valor justo - Rohr	2.029	-	-	2.029
Arrendamento financeiro	(456)	-	47	(409)
Provisão para realização do crédito tributário	30	-	-	30
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.263	1.884	(2.242)	6.905
Derivativos NDF	-	(11)	-	(11)
Provisão para descontos e cancelamentos	1.182	293	(860)	615
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	124.243	-	-	124.243
Depreciação acelerada	(3.764)	-	188	(3.576)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(672)	-	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.649)	-	(20)	(1.669)
Variação cambial passiva	338	21	-	359
Variação cambial ativa	(225)	(28)	8	(245)
Gratificações a pagar	114	264	(379)	(1)
Debêntures	(163)	-	29	(134)
Provisão para benefícios pós-emprego	3.027	88	(7)	3.108
Perda para redução do valor realizado	551	281	(149)	683
Provisão de Hedge (venda)	6	-	(7)	(1)
	<u>159.973</u>	<u>17.718</u>	<u>(11.699)</u>	<u>165.922</u>

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de março de 2018 é de R\$ 6.822, referente à adoção inicial CPC 48/IFRS 9.

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

- (i) No teste de impairment dos prejuízos fiscais realizado em 31 de dezembro de 2017, com base no orçamento de 2018 e projeções de longo prazo da Companhia, a recuperabilidade do IR/CS diferidos ficou próxima do limite máximo de 10 anos estipulado na Instrução CVM 371/02. A partir desse estudo e de forma conservadora, a Administração, decidiu deixar de contabilizar o IR/CS diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, a partir de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2018, o valor do IR/CS diferidos ativos caso fosse constituídos, seria de R\$ 10.453.

19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/03/2018	31/12/2017
Tributários (i)	4.879	4.834
Cíveis (ii)	1.872	2.051
Trabalhistas (iii)	10.048	11.095
Honorários de êxito (iv)	2.461	2.359
Honorários de sucumbência (v)	<u>1.055</u>	<u>1.025</u>
Total	<u><u>20.315</u></u>	<u><u>21.364</u></u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo em 1º de janeiro	<u>21.364</u>	<u>20.125</u>
Constituições	304	6.537
Atualizações monetárias	533	1.876
Reversões	<u>(1.886)</u>	<u>(7.174)</u>
Saldo no período	<u><u>20.315</u></u>	<u><u>21.364</u></u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

a. Composição dos depósitos judiciais

	31/03/2018	31/12/2017
Tributários (i)	8.079	7.988
Trabalhistas (ii)	<u>2.959</u>	<u>2.980</u>
	<u><u>11.038</u></u>	<u><u>10.968</u></u>

- (i) Em 31 de março de 2018, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.079. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.388, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.188. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.

- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Tributárias (i)	47.869	43.336
Cíveis (ii)	15.279	6.886
Trabalhista (iii)	12.863	11.634
Total	76.011	61.856

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (f) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que as estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a um processo de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20 Tributos a pagar

	31/03/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	1.941	4.856
INSS	131	167
ICMS	589	178
ISS	89	133
Outros	108	117
	<u>2.858</u>	<u>5.451</u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2018, é representado pelo valor de R\$ 688.319 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 688.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2017 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração da Companhia aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

a.1 Integralização de capital - Emissão de novas ações

Em 19 de abril de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação do aumento de capital da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 5 de fevereiro de 2016 (“Aumento de Capital”).

a.2 Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/03/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht ⁶	13.817	7,87%	13.817	7,87%
Snow Petrel S.L.	23.677	13,48%	23.677	13,48%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II ³	12.294	7,00%	12.294	7,00%
Brandes Investment Partners ⁴	17.568	10,01%	17.568	10,01%
Fama Investimentos Ltda. ⁵	8.788	5,01%	8.788	5,01%
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. ²	10.419	5,93%	13.395	7,63%
Outros Signatários do Acordo de				
Acionistas da Companhia ¹	23.044	13,12%	23.044	13,12%
Outros	65.979	37,58%	63.003	35,88%
	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>

1. Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L., consideram a posição referente a 31 dezembro de 2016 já reportada à CVM, de acordo com a Instrução nº 358/02 da CVM.
2. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
3. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Em 4 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
5. Em 8 de novembro de 2017, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM..
6. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, distribuindo a quantidade de ações relativa à diferença de 3,92% entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 51.735, referente aos planos de *stock options* para os empregados, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 33.287 como reserva de capital em 31 de março de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 32.964).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a provisão para benefícios pós-emprego constituído no exercício de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 17.a.

22 Prejuízo por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(30.427)	(38.922)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,19)	(0,24)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(30.427)	(38.922)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,19)	(0,24)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2018 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

23 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31/03/2018	31/03/2017
Locação	70.646	80.911
Vendas de novos	3.249	2.518
Venda de seminovos	12.110	3.449
Assistência técnica	1.516	1.632
Indenizações	1.305	2.786
Outros (i)	1.094	1.231
Total receita bruta	89.920	92.526
Impostos sobre vendas e serviços	(7.487)	(6.811)
Cancelamentos e descontos	(3.446)	(19.596)
Total receita líquida	78.987	66.120

- (i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

24 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas; (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos; (iii) aluguel de equipamentos de terceiros; (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral); (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

*Mills Estruturas e Serviços
de Engenharia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018*

Natureza	31/03/2018			31/03/2017		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(14.829)	(14.023)	(28.852)	(14.861)	(15.767)	(30.628)
Terceiros	(1.977)	(4.154)	(6.131)	(554)	(5.327)	(5.881)
Frete	(2.688)	(715)	(3.403)	(3.742)	(2.770)	(6.512)
Material construção/manutenção e reparo	(9.139)	(681)	(9.820)	(7.929)	(917)	(8.846)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.029)	(3.698)	(4.727)	(918)	(4.247)	(5.165)
Viagem	(378)	(671)	(1.049)	(446)	(835)	(1.281)
Custo das mercadorias						
Vendidas	(2.049)	-	(2.049)	(1.053)	-	(1.053)
Depreciação/Amortização	(30.607)	(3.548)	(34.155)	(34.240)	(4.034)	(38.274)
Baixa de ativos	(4.954)	-	(4.954)	(3.383)	-	(3.383)
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	-	(456)	(456)	-	2.855	2.855
Plano de opção de compra de ações	-	(323)	(323)	-	(805)	(805)
Provisões	-	1.237	1.237	-	(390)	(390)
Outros	(1.884)	(876)	(2.760)	(483)	(5.294)	(5.777)
Total	(69.534)	(27.908)	(97.442)	(67.609)	(37.531)	(105.140)

25 Outras receitas (despesas) operacionais

No trimestre findo em 31 de março de 2018, as vendas de sucatas do imobilizado de locação da Unidade de Negócio Construção, em linha com a estratégia da Companhia de redimensionamento dos equipamentos de edificações leves e desmobilização das filiais, apresentou os seguintes resultados:

	31/03/2018	31/03/2017
Receita das vendas	3.599	3.103
Custo das baixas	<u>(11.089)</u>	<u>(18.585)</u>
Resultado líquido	<u>(7.490)</u>	<u>(15.482)</u>
Quantidade vendida em toneladas	<u>5.593</u>	<u>9.071</u>

26 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	31/03/2018	31/03/2017
Juros recebidos	406	1.338
Receitas de aplicações financeiras	3.512	10.141
Descontos obtidos	32	82
Variações cambiais e monetárias ativas	154	90
Outras	<u>16</u>	<u>7</u>
	<u>4.120</u>	<u>11.658</u>

b. Despesas financeiras

	31/03/2018	31/03/2017
Juros - empréstimos	(244)	(378)
Variações cambiais e monetárias passivas	(671)	(762)
Juros - debêntures	(6.481)	(13.061)
Comissões e tarifas bancárias	(79)	(67)
IOF	(17)	(2)
Outras	<u>(307)</u>	<u>(695)</u>
	<u>(7.799)</u>	<u>(14.965)</u>

27 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida	27.587	25.311	51.400	40.809	-	-	78.987	66.120
(-) Custos	(16.037)	(18.408)	(22.890)	(14.962)	-	-	(38.927)	(33.370)
(-) Despesas	(17.421)	(35.164)	(14.382)	(16.842)	409	173	(31.394)	(51.833)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(814)	4.262	348	(1.407)	10	-	(456)	2.855
(-) Depreciação e amortização	(16.738)	(19.441)	(17.417)	(18.833)	-	-	(34.155)	(38.274)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(23.423)	(43.440)	(2.941)	(11.235)	419	173	(25.945)	(54.502)
Receita financeira	2.121	5.573	1.998	5.442	1	643	4.120	11.658
Despesa financeira	(3.849)	(7.389)	(3.689)	(7.276)	(261)	(300)	(7.799)	(14.965)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(25.151)	(45.256)	(4.632)	(13.069)	159	516	(29.624)	(57.809)
(-) IRPJ/CSLL	(681)	14.786	(125)	4.270	3	(169)	(803)	18.887
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(25.832)	(30.470)	(4.757)	(8.799)	162	347	(30.427)	(38.922)

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imobilizado								
Custo de aquisição	612.957	671.098	665.282	672.361	-	-	1.278.239	1.343.459
(-) Depreciação acumulada	(347.967)	(374.728)	(339.993)	(329.042)	-	-	(687.960)	(703.770)
	264.990	296.370	325.289	343.319	-	-	590.279	639.689
Outros ativos	323.726	252.861	211.229	275.320	55.709	55.706	590.664	583.887
Ativo total	588.716	549.231	536.518	618.639	55.709	55.706	1.180.943	1.223.576

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos e do valor do investimento na Rohr.

28 Instrumentos financeiros

28.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Nível	Valor contábil	
		31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	84.062	67.826
Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes			
Investimento Rohr	3	55.234	55.234
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado			
Contas a receber de clientes	2	47.314	56.757
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Depósitos bancários vinculados	2	149.331	150.519
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	2	8.081	8.870
Debêntures	2	297.068	290.505
Contas a pagar a fornecedores	2	16.624	16.898
Planos de opções de ações	2	51.735	51.412

28.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que são classificados no nível 3, ou seja, obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a. Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função de o BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
2ª emissão de debêntures:					
2ª Série	IPCA	159.754	154.601	160.814	156.811
3ª emissão de debêntures	CDI	133.530	122.123	136.653	134.175

d. Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

e. Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

f. Ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes - Investimento Rohr

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 55.234 (R\$ 55.234 em 31 de dezembro 2017), conforme apresentado na nota explicativa 10. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

28.3 Instrumentos financeiros derivativos

	Taxa de câmbio média		Moeda estrangeira		Valor nacional	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contratos em aberto						
Hedge de fluxo de caixa			US\$ mil		R\$ mil	
Menos de três meses	3,33	3,32	1.139	1.399	3.787	4.641
De três a seis meses	-	3,33	-	265	-	882
Total			1.139	1.664	3.787	5.523

Os instrumentos derivativos contratados no período findo em 31 de março de 2018 referem-se a NDFs sobre a exportação de equipamentos conforme descrito na nota explicativa 7.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

28.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Efeito no resultado		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	83.113	5.264	3.909	2.606
Depósitos bancários vinculados	CDI	149.331	9.363	6.952	4.635
	Total	232.444	14.627	10.861	7.241
			Variação	25,00%	50,00%

Dívida	Indicador	Efeito no resultado			
		Contábil	Provável	25%	50%
BNDES 2ª emissão de debêntures	TJLP	(8.081)	(614)	(751)	(888)
2ª Série 3ª emissão de debêntures	IPCA	(160.814)	(17.142)	(18.613)	(20.084)
	CDI	(136.653)	(9.907)	(12.384)	(14.861)
	Total	<u>(305.548)</u>	<u>(27.663)</u>	<u>(31.748)</u>	<u>(35.833)</u>
			Variação	15%	30%
31/03/2018					
Referências		Provável I	Cenário II	Cenário III	
			25%	50%	
Taxas					
CDI (%) (i)		6,25%	7,81%	9,38%	
TJLP (%) (ii)		6,75%	8,44%	10,13%	
IPCA (%) (iii)		3,42%	4,28%	5,13%	

Fonte: Relatório Focus de 6 de abril de 2018.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

28.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2018								
Empréstimos e financiamentos	-	314	617	1.822	5.520	620	-	8.893
Debêntures	-	-	71.619	65.200	191.843	-	-	328.662
Fornecedores	1.167	11.015	3.486	956	-	-	-	16.624
Em 31 de dezembro de 2017								
Empréstimos e financiamentos	-	317	624	2.751	3.469	2.669	-	9.830
Debêntures	-	-	-	137.443	131.553	60.608	-	329.604
Fornecedores	1.695	11.611	2.524	1.068	-	-	-	16.898

28.6 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	31/03/2018	31/12/2017
Conta corrente		
Banco (i)	949	45
Depósitos bancários vinculados (i)	1	3
Aplicações		
Banco (i)	83.113	67.781
Depósitos bancários vinculados (i)	149.330	150.516
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	233.393	218.345

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

28.7 Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas.

Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	31/03/2018	31/12/2017
Dívida bancária total	<u>305.548</u>	<u>299.856</u>
Financiamentos	8.081	8.870
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 15)	<u>297.467</u>	<u>290.986</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>84.062</u>	<u>67.826</u>
Depósitos bancários vinculados	<u>149.331</u>	<u>150.519</u>
Endividamento líquido	<u>72.155</u>	<u>81.511</u>
Patrimônio líquido	<u>803.233</u>	<u>865.535</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,10</u>	<u>0,09</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	31/03/2018	31/12/2017
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:	-	-
Não utilizadas	56.919	56.130
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	8.081	8.870
Não utilizadas	6.350	6.350

29 Seguros

Em 31 de março de 2018, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.227.657 (31 de dezembro de 2017, R\$ 1.284.333), R\$ 631.625 (31 de dezembro de 2017, R\$ 631.625) para danos patrimoniais e R\$ 110.500 (31 de dezembro de 2017, R\$ 110.500) para responsabilidade civil, considerados suficientes pela Administração para cobertura de seus riscos operacionais.

* * *